

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATÉIA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Sales, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (55)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado David Rios comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 08/04/2015.

Do Deputado Vando comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 01 e 06/04/2015.

Do Deputado Reinaldo Braga comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões no período de 06 a 16/04/2015.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Em votação as atas da 1ª e 3ª sessões especiais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, dos dias 16 e 26 de março de 2015; da 1ª e 2ª sessões extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, dos dias 17 de março de 2015 e 07 de abril de 2015; da 25ª, 27ª sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, dos dias 26 e 31 de março de 2015; das 29ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª, 36ª, 37ª sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, dos dias 06, 07, 08, 09, 13, 16, e 22 de abril de 2015; da 6ª e 8ª sessões especiais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, dos dias 16 e 23 de abril de 2015.

Em votação as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa.) Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, imprensa, venho a esta tribuna para falar sobre a Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Hoje já conseguimos votar alguma coisa, mas temos uma pauta, um trabalho que tem sido exaustivamente bem-feito pela SEI, pelo IBGE e por essa comissão.

E quero fazer um registro que já fiz na reunião da comissão hoje: existem alguns prefeitos, alguns gestores que estão parecendo aquelas mães que recebem o Bolsa Família e entregam os filhos para as avós criarem. Porque o prefeito não assume saúde, educação, os serviços públicos da comunidade e querem o território e a receita, o dinheiro. E ficamos travando coisas importantes para o Estado da Bahia, para os municípios, para as comunidades porque existem situações que alguns deputados têm inserção sobre esses municípios e protegem determinados gestores.

É preciso deixar claro que ninguém pode fazer filho para os outros balançarem, não. Porque há prefeitos que querem ficar só com a receita de determinado território, mas não assumem os encargos e deixam a comunidade sem estrutura de saúde, sem estrutura de educação, sem as estruturas diversas e outros municípios terminam assumindo isso, municípios que não têm nada a ver. Há comunidades, inclusive, que estão prejudicadas, porque não existe o pai da criança, ninguém assume, ninguém é responsável por determinado território. Esse trabalho feito pela SEI e pelo IBGE é importante discutir, porque tínhamos até dia 30 e vamos ter no máximo 10 dias para resolver isso, senão muitos territórios vão ficar penalizados e muitos municípios e muitas comunidades.

Dos 12 territórios que temos para votar, há três de consenso. Estou deixando um documento para que cada deputado e cada deputada, na segunda-feira, à tarde,

coloque suas dúvidas para que a Comissão estabeleça na terça-feira a regra geral para votar.

Hoje o deputado Sandro Régis e o deputado Zé Neto, líderes respectivamente de Oposição e de Situação chegaram a um consenso com a ajuda de vários deputados, como Rosenberg Pinto, Luciano Simões Filho, Reinaldo Braga, diversos deputados que lá estiveram, deputado Pedro tavares, e, ao final, aparecem problemas. É preciso ter bom senso, equilíbrio, na hora de resolver esses problemas. Quem é que está cuidando do município? Quem está cuidando da comunidade? Quem está tratando das questões de saúde e de educação? E, principalmente, o pertencimento. A quem essa comunidade se sente pertencida?

Então eu queria deixar muito claro que há um prazo, e precisa ser resolvido isso, para que o IBGE possa fazer o levantamento populacional, senão os municípios vão ter problemas. E é preciso que nos municípios em que não há consenso, como foi dito hoje, Na próxima terça-feira, votamos os territórios que não têm problema, e os que têm problema votamos tirando os municípios que ainda têm problema. São 417 municípios na Bahia, e se somarmos não há 10% de municípios com problemas. Então vão ficar 90% dos municípios prejudicados por causa de 10% dos municípios? É inadmissível isso.

E é preciso que os deputados que aqui representam os municípios, como o deputado Biara Coroa que chegou aqui, ele tem participado e ajudado muito aquela Comissão, é importante que os municípios que não têm problemas sejam prejudicados por aqueles que têm problemas.

Volto a repetir, está parecendo, deputado Bira Coroa, aquelas mães que pegam seus filhos, recebem o Bolsa Família e, depois, entregam às avós para criar. O que está acontecendo com uns prefeito aí é isso. Eles pegam o dinheiro do município, o território e não assumem o serviço. É isso que está acontecendo. Quem quer ser o pai da criança tem que cuidar. E tem gente que está querendo fazer o menino e entregar aos outros para criar. E tem muito gestor nessa condição na Bahia, e nós deputados não devemos compactuar com isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão por 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi uma correspondência da Ainvic - Associação das Indústrias de Vitória da Conquista, enviando uma matéria que foi inclusive postada no *site* da Ainvic, destacando, mais uma vez, a possibilidade do fechamento da fábrica da Azaleia em Itapetinga. Dizem que existe sempre as demissões em massa e também a boataria que a qualquer momento a Azaleia vai baixar as portas da sua fábrica. E há uma preocupação com a economia regional, não só da cidade de Itapetinga, mas de toda a região.

Nessa mesma correspondência, a Ainvic faz um apelo, - foi enviado para mim - no sentido de que o governo estadual informe se tem algum planejamento referente

a tal situação.

Nós, inclusive, em atenção à Ainvic – Associação das Indústrias de Vitória da Conquista – e em atenção a Itapetinga, iremos encaminhar este ofício ao Líder do governo, deputado Zé Neto, porque somente o Líder do governo e somente o próprio governo poderão responder a Itapetinga sobre este ofício que eu recebi.

Certamente, nós gostaríamos de apelar para o governo, porque Itapetinga precisa de uma alternativa. Itapetinga, há muito tempo, deputado Fábio Souto, merece um curso de veterinária para o estímulo da pesquisa científica, para o fortalecimento do rebanho daquela cidade e para a atração de estudantes para a cidade.

Nós temos um trabalho em Vitória da Conquista do professor Roberto Paulo. Ele fez um levantamento há cinco anos. E esses dados estão, na verdade, batendo com a realidade de Vitória da Conquista. Ele informa que o PIB dos estudantes, que passam a morar em Vitória da Conquista, supera o do café naquele município.

Por isso, Itapetinga merece não só um curso de veterinária. E como, há muito tempo, pela sua localização privilegiada ao lado de Itabuna e de Vitória da Conquista, a referida cidade merece um curso de medicina.

Recentemente, o MEC autorizou a liberação de vários cursos de medicina na Bahia. E eu diria que Itapetinga tem e goza deste privilégio e, por isso, merece os cursos.

Para encerrar, hoje pela manhã, apesar de não fazer parte da Comissão de Meio Ambiente, fiz uma visita à sessão a fim de pedir um encaminhamento ou uma solicitação para que a Comissão de Meio Ambiente fizesse uma visita à cidade de Itapetinga.

Eu recebi, na semana passada, a presença, em nosso gabinete, do vereador Tarugão. Ele está preocupado com o zoológico de Itapetinga, pois este é uma reserva denominada Matinha. A mesma encontra-se fechada pela prefeitura há três anos. E os caçadores estão matando os animais silvestres na Matinha.

Enquanto estávamos debatendo e apelando e solicitando para que a comissão faça uma visita a Itapetinga, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Marcell, recebeu uma mensagem, através do WhatsApp, com uma fotografia, deputado Luciano Ribeiro, de um hipopótamo morto sendo devorado por urubus. Esta é a realidade do zoológico de Itapetinga, porque a Matinha está fechada há três anos.

Portanto, a cidade clama. É o único zoológico do interior.

Nós, inclusive, fizemos este apelo à Comissão de Meio Ambiente e a mesma se prontificou a fazer uma visita à nossa cidade. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, o deputado Marcell, o deputado Fábio Souto e eu estaremos lá. Esperamos que outros membros desta comissão se façam presentes.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa,

queria, mais uma vez, vir a esta tribuna para falar sobre a lavoura cacauzeira. Esta importante lavoura, deputado Fábio Souto, em épocas áureas, representou e foi responsável por quase 120 mil empregos diretos, já foi responsável, também, por 60% da economia do nosso Estado e já foi responsável, em grande parte, pela riqueza dos municípios daquela região, da região sul. Ainda assim, é uma lavoura importantíssima para o nosso Estado e é uma lavoura importantíssima para o nosso País.

E, depois da chegada da vassoura-de-bruxa, vieram o desemprego e a crise. A região ficou, praticamente, acabada com a sua economia desmoronada. A maioria dos municípios, deputado Luciano Ribeiro, vivia, quase em sua totalidade, da economia do cacau e vivia da produção do cacau.

Realmente, toda a região teve a sua economia dilapidada. Chegou o desemprego. Chegou a crise. Muitas famílias tiveram de sair da região para procurar dias melhores em outras cidades no sudoeste do Brasil. Enfim, realmente foi uma crise muito grande.

Aqui, eu queria conclamar todos os deputados presentes. Vejo, ali, o deputado Sandro Régis, pois ele conhece tão bem esta situação. Queremos companheiros para lutar pela revitalização da lavoura cacauzeira.

Como eu disse, com a chegada da vassoura-de-bruxa, esta lavoura quase se desmantelou, melhor, quase se acabou. E, hoje, fruto do esforço dos produtores e fruto do esforço também da CEPLAC, já existe uma forma, deputado Herzem Gusmão, de se conviver com a vassoura-de-bruxa e já existe uma forma de a produção da lavoura cacauzeira voltar, realmente, a produzir de forma esperada.

Então, era é isso o que queria pedir aqui. Queria pedir o apoio dos deputados, pois o cacau precisa de apoio. O cacau precisa, deputado Herzem Gusmão, de políticas públicas. Por quê? Porque falta um olhar diferenciado do governo federal em relação à lavoura cacauzeira.

Deputado Herzem Gusmão, quando chegou a vassoura-de-bruxa à região da lavoura cacauzeira, a maioria dos produtores pegou o empréstimo para combatê-la. E esse empréstimo era baseado em uma nota técnica. E, depois, esta mesma nota técnica se mostrou ineficaz, uma vez que ela não servia para combater a vassoura-de-bruxa. E os produtores, que tomaram esse empréstimo baseado nessa nota ineficaz, viram que nada mudou.

Há 20 anos, a região está endividada. A maioria dos produtores tem o seu nome negativado. E eu pergunto a V.Ex^a que conhece tão bem a região sudoeste e conhece tão bem a Bahia: faz-se agricultura sem crédito?

A região precisa de crédito. Isso era o que eu queria pedir aqui: a atenção do governo federal para a renegociação da dívida dos cacauicultores. Vamos renegociar essas dívidas! A região não aguenta mais tamanho desprezo do governo federal.

A crise está aí há mais de 20 anos. Ninguém toma uma solução. Ninguém tem uma solução para, realmente, esta região voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento. É isso o que peço aos deputados estaduais votados na região.

Aqui, estão os deputados Ângela Sousa e Sandro Régis. Peço a V.Ex^{as}

sensibilizar, também, a bancada federal para a importância desta lavoura cacaueteira e sensibilizar, também, o governo do Estado, através do seu governador, que tem uma bancada numerosa de deputados federais assim como também tem a totalidade dos senadores da República. São 3 os senadores da Bahia.

Solicito a todos uma intervenção junto ao governo federal para haver, imediatamente, uma renegociação dessas dívidas, a fim de que a região cacaueteira possa, de novo, trilhar o caminho do desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, deputado Pedro Tavares, pelo seu discurso.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alex da Piatã, forte representante de Conceição do Coité e sua região sisaleira.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, imprensa, ouvintes através *Canal Assembleia*, hoje, assomo a esta tribuna para mostrar uma preocupação nossa em relação a um assunto de extrema importância que tem acontecido no Estado da Bahia, que é a soltura de animais nas pistas. É muito grande o número de incidentes, Srs. Deputados, um número muito grande de vítimas, inclusive, nas pistas, por problemas de animais soltos, e que tem causado acidentes, muitas vezes, fatais. Como nós vimos na BA-411, há duas semanas, um jovem de 27 anos, um trabalhador que vinha no ônibus, e foi acidentado com duas vacas, e perdeu a sua vida, e outros estão ainda em estado grave.

E nesta mesma BA, a semana passada, no trecho Ichú-Candeal a Tanquinho, um outro acidente com a ambulância de Tanquinho, onde chegou a pegar fogo, e graças a Deus aqueles que estavam na ambulância não tiveram problemas mais graves. Mas, praticamente uma tragédia anunciada, Sr. Presidente.

Então, quero aqui deixar o meu registro para que a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, porque nas estradas federais também tem acontecido isso, possam intensificar o trabalho de recolhimento desses animais.

E também falar que logo no início do nosso mandato, colocamos aqui um projeto de lei nº 21.091, em 2015, no mês de março, onde nós pedimos nesse projeto, e eu quero contar com o apoio dos Srs. Deputados, para que possamos aumentar, possamos ser mais rigorosos na penalidade a essas pessoas, porque na sua grande maioria ficam impunes. Eu já fui vítima de acidentes assim, graças a Deus saí ileso, mas por pouco não perdi a minha vida, mas muitos perderam as suas vidas, perderam familiares, e não se consegue punir, porque não existe uma legislação mais rigorosa.

O nosso projeto de lei que tramita aqui na Casa pede uma rigorosidade maior, uma multa maior, porque hoje, praticamente, não tem um projeto de lei que regulamenta isso no Estado, que tenha uma multa que possa recolher, e que num prazo curto possa doar para uma entidade carente, esses animais, para que essas pessoas sintam no bolso, sintam também, já que nós, aqui na Casa, não podemos

legislar na causa crime. Mas, deixo aqui registrado nos Anais da Casa para que os nossos pares do Congresso Nacional, deputados federais, possam legislar também na área crime para aumentar a penalidade dessas pessoas.

Quero aproveitar também, Sr. Presidente, e colocar aqui a minha felicidade numa moção que apresentei nesta Casa, de felicidade, pela eleição da CNBB, onde o nosso Bispo, Dom Murilo, muito bem representando o nosso Estado da Bahia, foi eleito vice-presidente da CNBB, e eu tenho certeza que todas as comunidades católicas, as comunidades cristãs e toda a sociedade do Estado da Bahia estão muito alegres em ter o nosso amigo querido, Dom Murilo, representando um órgão tão importante como a CNBB, e também o Bispo de Camaçari, Dom Petrini, que foi eleito para representar no sínodo das famílias, lá no Vaticano, o nosso País, o nosso Brasil.

Então, apresentei uma moção aqui e estamos muito felizes, eu tenho certeza, em nome de todos os baianos deixo registrado aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, dois assuntos me trazem a esta Tribuna, nesta tarde de quarta-feira. O primeiro deles é para cobrar do governo do Estado mais responsabilidade para com o Vale do São Francisco.

Desta tribuna já chamei a atenção deste governo com relação aos diversos assaltos, deputado Reinaldo Braga, na região Norte do Estado da Bahia.

Da cidade de Campo Alegre de Lourdes, pelo visto, o governo do Estado da Bahia já abriu mão. Não tem segurança pública, não tem água de qualidade, não tem saúde, não tem estrada, não tem absolutamente nada. Se for a Casa Nova, a Remanso, a Sento Sé, a Juazeiro, a segurança pública praticamente não existe. E é este governo que gosta muito de antecipar, de criar...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Srs. Deputados, existe um orador na tribuna. Por gentileza, atenção para o orador.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Obrigado, Sr. Presidente.

(...) o governo do Estado que gosta de anunciar obras, que gosta de anunciar Companhias da Polícia, na realidade, tem a lei 13.201/2014, de 9/12/2014, que criou a Companhia Independente da Polícia Militar, em Sobradinho. A população tem cobrado. Cadê a companhia? Porque já foi noticiado em vários veículos de comunicação. Faz-se necessário, sim, a Companhia na cidade de Sobradinho; faz-se necessário, sim, uma atenção especial na questão da segurança pública em todo o Vale do São Francisco e, pelo visto, mesmo cobrando, deputado Reinaldo, dessa tribuna, o governo não toma atitude nenhuma.

Vou solicitar uma audiência com o Secretário de Segurança Pública, para falar com ele sobre os problemas da região Norte do Estado da Bahia. Não é possível, não

é razoável que dia após dia, a população seja esculachada pelo crime organizado. É irrazoável e não vejo medidas efetivas por parte do governo para solucionar o problema da região Norte do Estado da Bahia. Aliás, não é só a região Norte do Estado. É todo o Estado da Bahia.

O Estado da Bahia que virou, sem sombra de dúvida, o destino preferencial do crime organizado. Cada dia vivido nesta cidade, – principalmente para aqueles que precisam ir aos bancos, deputado Luciano Ribeiro –, é um constrangimento, é uma inquietude porque se olharmos do dia 1º de janeiro até hoje, um dia não tem assalto a banco, no outro dia tem assalto a banco. Um dia não tem explosão de caixas eletrônicos, no outro dia tem explosões de caixas eletrônicos. Ou seja, estamos à mercê da vontade dos bandidos, porque a polícia do Estado da Bahia não está equipada, nem o governo tem feito os investimentos necessários para mudar esse triste quadro.

Eu, agora, vou falar neste um minuto que falta, deputados Carlos Geilson, Sandro Régis e Luciano Ribeiro, os deputados governistas, liderados por Zé Neto, ontem, disseram desta tribuna que tinham feito um acordo com os servidores públicos. Vários servidores já se manifestaram dizendo que não estão de acordo com o atual projeto que eles chamam de reajuste.

Deputado Sandro Régis, tenho certeza de que, sob sua liderança, a nossa bancada vai obstruir, sim, na próxima terça-feira, o projeto que eles chamam de reajuste, mas que de reajuste não tem nada. Eles não corrigem sequer a inflação. Estão dando um reajuste inflacionário de 3,4%, quando sabemos, deputado Luciano Ribeiro, que a inflação ultrapassa 6,5%.

Tenho certeza, Líder Sandro Régis que, sob a sua liderança, a nossa oposição vai se manifestar a favor do trabalhador e do servidor público do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: - Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna lembrar do 19 de abril, Dia do Exército Brasileiro. Construí um pequeno discurso que passarei a ler pela importância do nosso Exército: (Lê) “Por ocasião do dia do Exército, na data de 19 de abril, a Força Terrestre celebra 367 anos de história. Nascido de elevado sentimento de patriotismo, o Exército Brasileiro tem sua origem histórica na Batalha nos Montes Guararapes, em 1648, num levante contra o invasor holandês.

A Força Terrestre, desde sua gênese, foi marcada pela união do branco, do índio e do negro, no entrelaçamento das matrizes da nossa gente, que demonstrou invulgar amor à jovem pátria. O Exército foi desde o berço a amálgama desta nação e a tradução fiel do espírito brasileiro, que não se acomoda diante das adversidades, que se agiganta diante de sacrifícios, que luta e que tem fé. A formação do Exército confunde-se com a história do nosso País.

Celebremos portanto o nosso Exército, que é de todos nós, de todo o povo brasileiro.

Cumpra a ele, ao lado das demais Forças, a nobre, elevada e constitucional missão de zelar pela defesa da Pátria, de garantir os poderes constitucionais, a manutenção da paz e da segurança. Parafraseando o grande Ruy Barbosa, saibamos que, em tempos de convulsões e turbulência, os clamores, os debates e as opiniões ocorrem sempre sob a garantia destes guardiões perenes da liberdade do nosso povo. O Exército não pertence a qualquer facção, partido ou corte. É instituição nacional, em eterna vigília contra a tirania, em incessante zelo pela soberania.

Destaca-se o relevante papel da Força em diversos setores: na preservação da paz, atuando em missões da Organização das Nações Unidas; ao lado da Defesa Civil, socorrendo nossa gente vitimada por desastres naturais; na garantia da lei e da ordem, nas operações realizadas em diversos Estados da Federação, como a pacificação de áreas conturbadas no Rio de Janeiro e o emprego na segurança pública, a exemplo da greve da Polícia Militar da Bahia.

É pelas demonstrações de bravura, de heroísmo e de coragem de nossos soldados, pela sua história de dedicação à pátria, que devemos sempre reverenciar seus feitos e suas vitórias. Aos nossos pracinhas e ao Exército Brasileiro, o nosso imorredouro agradecimento.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, ontem se falou muito aqui nesta Casa, assim como em toda a imprensa, sobre os problemas de Salvador. A chuva começa a dar uma trégua e temos a tranquilidade de saber que o nosso prefeito tem encarado os problemas e trabalhado duro. Durante a gestão dele, cada vez mais se busca amenizar essas situações difíceis que passam os soteropolitanos nos momentos de chuva.

Mas quero aqui registrar, deputado Luciano, a atuação do ex-prefeito Antonio Imbassahy, que muito trabalhou por esta terra quando foi prefeito. Na gestão do ex-prefeito, a cidade deu um salto qualitativo em relação às obras preventivas contra os desastres naturais causados pelas chuvas. Foi criado também em sua gestão o Risco e Prevenção de Riscos Geológicos.

Imbassahy, também, deputado Luciano, realizou 320 obras de concentração de encostas, especificamente nas áreas mais carentes da cidade do Salvador.

O prefeito Antonio Imbassahy, hoje deputado federal, trabalhou muito também para que Salvador se preparasse para o futuro com as questões relacionadas às grandes chuvas que a nossa cidade apresenta nesses períodos adentrando o inverno.

Foi elaborado também o Plano Diretor de Encostas, importante instrumento para o diagnóstico completo dessa problemática e racionalização dos investimentos

com ordem de prioridade. Trabalhou também no Curuzu, na Liberdade, em Brejal, em São Caetano, rua Nova Bahia, Jaqueira do Carneiro e tantas outras que foram totalmente requalificadas.

É importante, deputado Adolfo Viana, registrarmos aqueles prefeitos que passaram e tantos outros que não tenho informação, mas que passaram à frente do município e deixaram a marca da sua contribuição para tentar, deputado Hildécio, conter as chuvas torrenciais que caem em Salvador de forma repentina, causando danos.

Então quero também deixar registradas as informações que hoje tive o cuidado de colher e parabenizar também o prefeito Antonio Imbassahy que quando dirigiu a capital do nosso Estado trabalhou duro para trazer dias melhores para as pessoas que vivem nesta terra.

É muito bom, deputado Luciano, mesmo vendo as dificuldades pelas quais a nossa cidade tem passado, termos a tranquilidade de saber que temos um prefeito que tem trabalhado duro, que sai do seu gabinete e roda praticamente a cidade toda conversando, vivenciando todos os problemas da nossa querida Salvador.

Então temos a obrigação de registrar e dizer mais uma vez que a nossa bancada está solidária com todas as famílias que passaram por essas dificuldades nesses dias de chuva, mas também temos o conforto de saber que as dificuldades serão vencidas porque temos a frente da nossa capital o grande líder político que é o prefeito ACM Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa falada, escrita e televisionada, *Canal Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar que, hoje pela manhã, na Comissão de Defesa do Consumidor, tivemos uma reunião proveitosa e que, na próxima semana, realizaremos aqui uma audiência pública com os representantes da Coelba para que possam dar informações a respeito do aumento da tarifa, das tarifas de religação, bem como o porquê das pessoas estarem recebendo dois recibos de luz por mês, recebem no início do mês e recebem no final do mês. Então, essas questões precisam ser esclarecidas pelos representantes da Coelba. Resta a confirmação de suas presenças nesta Casa. Nós já aprovamos a data para a próxima semana. Resta, apenas, a confirmação deles.

O outro assunto diz respeito às operadoras de telefonia celular para que possam dar esclarecimento sobre a questão da acessibilidade, melhor, falta de acessibilidade. As pessoas, principalmente as residentes no interior do Estado e até mesmo aqui dentro da Assembleia Legislativa, estão tendo dificuldades em completar ou realizar uma ligação através da telefonia móvel.

Mas, Sr. Presidente, há outro assunto a registrar. Ontem à tarde, estive em

Brasília onde participei da abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselheiros Tutelares do Brasil. O presidente desta Frente Parlamentar é o deputado federal Márcio Marinho junto aos deputados federais como Tia Eron e outros. Enfim, é uma frente que estará acompanhando e conhecendo a situação dos Conselhos Tutelares do Brasil.

Claro, aqui na Bahia não será diferente. Esta Frente Parlamentar estará, também, realizando audiências públicas, porque a situação dos conselheiros tutelares é muito grave, pois existe a falta de um acompanhamento do poder público municipal, a falta de equipamentos, a falta de um salário digno.

Para os senhores terem uma ideia, o art. 134 do ECA fala em remuneração, mas não a especifica. E, dentro disso aí, deputado Herzem Gusmão, o que tem acontecido? Alguns prefeitos, inclusive, em algumas cidades do Estado da Bahia, estão pagando aos conselheiros tutelares menos do que o salário mínimo.

O prefeito recebe o recurso do governo federal, mas não repassa o montante aos conselheiros tutelares da forma devida. Por quê? Porque o art. 134 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – fala da remuneração, mas não especifica o valor. Por isso, a Frente Parlamentar foi, ontem, instalada em Brasília. Inclusive, já foi, até, mencionado este fato, pois será preciso mudar o artigo da lei que trata sobre este assunto, a fim de que a remuneração aos conselheiros seja mais clara.

A ideia é do deputado Márcio Marinho. Já há um projeto em tramitação no Congresso Nacional que precisa, realmente, regulamentar e estabelecer o piso salarial para os conselheiros tutelares com o intuito de haver a correção.

Então, Srs. Deputados, este é um assunto que precisa, realmente, ser muito debatido. Há conselheiros eleitos e não sabem exercer a função de conselheiros. Há prefeitos, também, que não conhecem a função do conselheiro. Isso precisa ficar esclarecido. Fiz algumas sugestões para a Frente Parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Com a tolerância de V.Ex^a, presidente, fiz a sugestão para ser elaborada uma cartilha para qualificar os conselheiros, a fim de mostrar qual a sua verdadeira função como também a qualificação para aqueles conselheiros que estão exercendo esta função de grande importância principalmente porque cuida das crianças do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, faço esta questão de ordem diante de uma preocupação grande por que passa este Parlamento. Primeiro, todos nós estamos aí envolvidos e preocupados com o reavivamento das divisas territoriais dos municípios baianos. E temos uma lei que é aquela que mais se aproxima do ato negocial, de uma negociação entre os gestores, os Poderes públicos, as lideranças

legítimas e constituídas. É um instrumento valiosíssimo. Dos 417 municípios, talvez só tenhamos, no máximo, entre 20 ou 30 onde persistem os problemas relacionados com as divisas territoriais.

Portanto, gostaria de clamar às lideranças tanto de oposição quanto de situação para o fato de que todos os municípios - ou a grande maioria, 90% - não têm problemas de reconhecimento das suas fronteiras e fizeram as negociações. Então que adiantemos a votação, porque isso nos aproxima e deixaria uma pressão natural sobre aqueles que ainda não se entenderam, para que possamos nos debruçar sobre essa matéria e oferecer esse encaminhamento para o Estado da Bahia.

A outra situação é de agradecimento a todos os pares, principalmente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, por conta da formulação que tivemos de um projeto de resolução que altera o Regimento Interno. É a Resolução nº 1.193/1985, que trata dos projetos que são desarquivados. Esse desarquivamento traz no seu bojo todo um processo de retrabalho, de sobreamento de esforços. E tudo aquilo que foi feito nas diversas Comissões volta à estaca zero. Sem sombra de dúvida, esse é um dos maiores descabros que existe no processo do nosso RI. Mas agora esta Casa está de parabéns! Temos aqui um projeto de resolução com quase a unanimidade, a totalidade das assinaturas dos deputados que estiveram presentes. Vamos oferecê-lo à Mesa Diretora, à sua Presidência, que terá o conforto suficiente para poder jogar isso adiante.

O terceiro ponto é que estamos de frente para algo inusitado. O CNJ e o TSE orientam, no âmbito das suas responsabilidades, o Tribunal de Justiça da Bahia, que em um esforço muito grande está debruçado num processo de agregação, extinção e desativação de Comarcas. Mas quem mais conhece essa realidade é, sem sombra de dúvida, o Parlamento nos seus dois níveis no Estado da Bahia - os vereadores, também os prefeitos e esta Assembleia aqui.

Estamos preocupados com essa movimentação. A nossa CCJ deverá agendar um encontro com a presidência do TJ. E todos os deputados sintam-se convidados a colaborar para que evitemos problemas com alguns encaminhamentos que certamente estão à margem do conhecimento daquilo que ocorre em cada Comarca e cada município, podendo trazer prejuízos gravíssimos aos interesses dos diversos municípios baianos.

Essas são três questões urgentes, candentes que dependem da prontidão dos nossos pares aqui. E devemos estar encaminhando-as.

Também gostaria, finalizando, de solicitar a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Deputado Joseildo Ramos... (Pausa.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Desculpem-me os colegas. Não sabia que tinha havido um acordo. Então retiro a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Concordo com a sua exposição nos três primeiros pontos levantados, que até mereceriam um Grande Expediente para que V.Ex^a pudesse, junto com o Plenário, discorrer sobre tais assuntos. O quarto tema seria o acordo aqui feito para a continuidade da presente sessão. O senhor já

entendeu.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa, alguns presentes na galeria, *TV Assembleia*, neste momento quero relatar um pouco da reunião da Comissão de Divisão Territorial que aconteceu hoje pela manhã, nesta Casa.

Primeiro, parabenizar o trabalho desenvolvido pelo presidente Zó, que em tão pouco tempo já se destaca nesta Casa. Já se avançou muito. Houve uma discussão que, praticamente, foi a exaustão na reunião de hoje. Estiveram presentes prefeitos de alguns municípios, vereadores, representantes interessados na discussão de onde passará o limite de cada município na divisão, para se contar o que acontecerá no próximo ano com relação ao índice de arrecadação de cada município.

Cheguei a fazer um alerta na reunião da comissão. Coloquei o seguinte: se tecnicamente foi feito um trabalho por parte da comissão – inclusive com a contribuição do IBGE e da SEI – existe um relatório técnico. Em cada momento se fez acordos, prefeitos, e se ouviu comunidades. Determinada comunidade, que já pertencia a um determinado município, passar a pertencer ao município vizinho, é uma contradição muito grande. Primeiro por uma questão cultural. Se a população não aceita, cria um empecilho, e há um acordo entre os prefeitos lá no passado; acho que nada mais justo que essa comissão faça valer esse trabalho de um tempo. Ao longo do tempo se trabalhou tecnicamente, contudo, ontem o que vimos aqui e tenho percebido – principalmente na reunião da comissão de hoje – é que a ação política, a interferência política, vale mais do que o trabalho técnico. Até que ponto se tem valor o trabalho de técnicos?!

Deputado Bira Corôa, que é membro da comissão, estava presente hoje e fez a mesma defesa que aqui estou fazendo. Quero parabenizar, também, o posicionamento de V.Ex^a. Dizer que eu fiquei estarecido com a condução; não do trabalho que foi desenvolvido pela Comissão de Divisão Territorial, mas com o desenrolar da interferência política. Inclusive, citei o nome do presidente desta Casa, por quem tenho muito respeito, presidente Marcelo Nilo. Ontem, numa questão bem pontual, ele colocou aqui – inclusive para vários deputados ouvirem – que tinha tido voto no município de Sátiro Dias. E como o município estava envolvido na discussão – ele teve 4 mil votos nas últimas eleições – não aceitava que o município estivesse em discussão. Há 1 ano, o prefeito vem dizendo para o presidente desta Casa, o deputado Marcelo Nilo, que não aceitava nenhum tipo de decisão tomada pela Assembleia. Gostaria de que o presidente Marcelo Nilo fizesse valer o voto recebido lá no município, e não aceitasse.

Eu me pergunto: e o trabalho das comissões nesta Casa e dos deputados que estão ali no dia a dia? Hoje, ouvi um técnico do IBGE, o nome dele é Lamartine, que estava aqui ontem à noite. Ele, um senhor já de idade, preocupado, dizendo que ouviu as comunidades, discutiu e os prefeitos assinaram um acordo lá no passado. Inclusive, foi assinado um acordo, justamente, entre o prefeito de Sátiro Dias – a quem me

referi anteriormente – e o prefeito de Biritinga, que está se sentido prejudicado.

Faço aqui esse alerta. Peço a esta Casa que tenha o bom senso para que o trabalho técnico prevaleça, e não o trabalho político eminentemente. Rasgamos, neste momento, todo um trabalho de uma Casa que a cada dia quer galgar postos de reconhecimento de trabalho frente à população.

Muito obrigado. Quero agradecer aos deputados e agradecer também ao líder deputado Sandro Régis por ter tido entendimento, depois dessa confusão toda, de retirar a dispensa de formalidade até se discutir e chegar a um consenso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, depois o deputado Bira Corôa, depois deputado Carlos Geilson.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^{as} e Srs. Deputados, trago, nesta oportunidade, uma discussão que também considero útil nesse momento em que estamos às voltas com a escassez de água, com o pouco caso que a nossa sociedade tem dado em relação ao meio ambiente, em relação ao saneamento, em relação à sustentabilidade do planeta.

Estamos assistindo no nosso cotidiano, em todos os lugares do nosso querido Estado da Bahia, o desperdício de investimentos custosos, de investimentos que são caros para nossa gente, para nosso povo. Falo, nos sucessivos governos do Estado da Bahia, do muito esforço, e agora, de maneira muito mais intensiva, foi feito, a partir do governo Wagner, a ampliação do abastecimento de água em 2/3 quase do nosso território, onde se encontra localizado o semiárido mais populoso do planeta. É aqui na Bahia onde encontramos parte dele.

Sistemas simplificados de abastecimento de água são colocados com centenas e centenas de milhares de dutos de distribuição, equipamentos de captação e pressurização de água, de tratamento inclusive, e esses equipamentos, custando, a essa altura, bilhões de reais, ficam à disposição das associações que às vezes não têm a devida educação ambiental, a devida educação pedagógica para o ato de gestão, para o entendimento de que deve ser sustentável cada estrutura dessa.

Estivemos num seminário que estava comemorando 20 anos de existência dos Sisars, sistema integrado de abastecimento de água no meio rural. Existem duas centrais pioneiras na Bahia, uma em Seabra e outra no município de Jacobina, congregando um esforço hercúleo. No caso de Seabra, 49 associações a ela filiadas envolvendo mais de 9 mil ligações onde esta central provém, faz a provisão de encaminhamentos técnicos, reposição de materiais, peças, equipamentos de pressurização, equipamentos elétricos, em troca de uma taxa quase que simbólica, mas do tamanho da sustentabilidade.

É uma coisa muito simples, que mereceu o olhar de um banco de desenvolvimento, KFW, da Alemanha, ainda na década de 90, e essa feliz iniciativa persiste na Bahia, que deu o ponta pé inicial, e o Ceará hoje tem quase 400 mil ligações de água e também sistemas simplificados de esgotamento sanitário.

Nasceu na Bahia mas não está tendo a amplitude que deveria ter. Uma

iniciativa exitosa que precisa ser replicada, batendo na nossa porta e incomodando as mentes que se deparam com a seriedade deste momento. Ou seja, no momento de escassez de água, no momento em que é preciso planejar e respeitar o ciclo da água, que é a razão da existência da vida neste planeta.

Acredito que nós deveremos oferecer esse assunto por indicação ao governador do Estado, um homem sensível. Ele é tão sensível que criou uma Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento para tratar dessa realidade. Quem sabe, pelo exemplo, nós haveremos de ver desabrochando essa semente, ver brotando essa semente de muito boa cepa e de muito boa qualidade, para que tenhamos dias melhores no campo, no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores e servidoras desta Casa, visitantes, primeiro, utilizo um pouco deste tempo para, mais uma vez, reafirmar o que já foi colocado aqui por vários deputados e deputadas que me antecederam em relação a um projeto de responsabilidade do Parlamento que circula nesta Casa. Esse projeto versa sobre a regulamentação dos limites e fronteiras dos municípios do Estado da Bahia.

Quero chamar a atenção e, mais uma vez, destacar a seriedade e o compromisso que os parlamentares que compõem a comissão vem dedicando a esse trabalho; a seriedade e o bom trabalho que a SEI, assim como também o IBGE, vem desenvolvendo. Acordos foram encaminhados, e posso dizer que 90% dos problemas existentes nas fronteiras foram resolvidos.

No dia de hoje, na comissão que se iniciou na sessão de ontem, fomos, de fato, surpreendidos. Fomos surpreendidos, porque basicamente todas as regiões pré-acordadas já estavam prontas para a votação e para a resolução de questões, e surgiram alguns problemas direcionados a interesses políticos localizados. Isso, consequentemente, desrespeita todo o trabalho técnico desenvolvido pelo órgão e por esta Casa. Todos os deputados e deputadas se debruçaram diante desse problema, fizeram visitas *in loco* nas comunidades e apresentaram, sem dúvida nenhuma, uma alternativa viável.

Sei que é injusto, Sr. Presidente, estarmos aqui por causa de um município que não tinha a demarcação da sua área e que, apenas pelo surgimento de poços de gás, conseguiu aleatoriamente, num outro processo, fazer uma demarcação que não corresponde aos limites originários deste Estado e que não atende às demandas das comunidades e muito menos à vontade da comunidade em ser assistida pelo município e do munícipe em pertencer ao seu próprio município. Isso não é justo, quando o outro gestor, o gestor do município de origem mantém educação, saúde, limpeza urbana, manutenção das vias vicinais e acessos as duas localidades, quando o outro município requerente sequer tem uma via de ligação entre as comunidades e o município sede, entre outros aspectos que eu poderia listar, e, simplesmente,

inviabiliza todo o processo de uma região inteira basicamente resolvida.

Então, Sr. Presidente, chamo a atenção de todos os pares desta Casa de que nós não temos mais um ano pela frente para resolver esta questão, porque municípios serão sentenciados pelas nossas decisões nós próximos 30 dias. Quando o IBGE publicar o índice populacional de cada um dos municípios, sem dúvida nenhuma, alguns estarão penalizados e, conseqüentemente, os que não sofrerão prejuízos e não acrescentam tais benefícios, comodamente pelas questões das posições políticas, ficam numa disputa de ganhador ou perdedor desse processo.

Ao concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho a responsabilidade e este compromisso de não criar situações nem campo de batalha ou disputa nas fronteiras dos municípios, porque fui vereador por dois mandatos e sei qual é o papel e a responsabilidade dos vereadores e prefeitos.

Enquanto estamos aqui neste espaço do Poder Legislativo Estadual debatendo e discutindo, os vereadores estão enfrentando o seu eleitor, o seu munícipe em seu cotidiano, seja na panificadora, no restaurante, no barzinho, no baba, na feira livre ou então na própria Casa Legislativa estabelecida. É um confronto direto. A gente tem de ter cuidado para preservar, acima de tudo, a integridade política dos entes que representam esses políticos na condição de vereadores, lideranças das localidades, prefeitos e prefeitas.

Então, por isso, clamo para que na próxima terça-feira possamos votar todas as ações que não têm problema e ajudar a resolver os conflitos existentes para cumprirmos uma tarefa extremamente importante desta Assembleia: a de garantir que a Bahia possa resolver de vez os seus limites estabelecendo critérios para quaisquer alterações, excluindo assim de vez o processo que ocorria antes, quando alguém chegava lá por uma indicação ou afirmação para fazer uma mudança aleatória, ocasionando os conflitos que nós estamos vivenciando hoje.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a e me coloco, mais uma vez, à disposição da Comissão. Chamo atenção para o respeito que merece o trabalho que os seus deputados-membros estão desenvolvendo. Não podemos jogar fora, na lata do lixo, o trabalho do Estado feito através da SEI, do IBGE e da Comissão Especial desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Deputados, aqui desta tribuna já se travaram debates acerca do aguaceiro que cai sobre Salvador. Mas o que me chama atenção neles é a postura do prefeito ACM Neto. Em nenhum momento ele saiu se lamentando, jogando a culpa em seus antecessores. Foi para a linha de frente com a sua equipe enfrentar esse problema.

A despeito do investimento que a Prefeitura fez só no ano de 2014, de 200 milhões de reais, para a contenção e proteção das nossas encostas, o prefeito ACM Neto tem estado permanentemente nessa cruzada apoiando os soteropolitanos,

vivendo com eles as suas dificuldades, as suas agruras. Acho isto fundamental no gestor diante da crise, do problema: não se esconder, não jogar a culpa em a, b ou c. Nesse processo o prefeito tem se mostrado altamente equilibrado, muitas vezes enfrentando críticas até irresponsáveis.

Este não é o momento de procurar culpados, e sim de dar as mãos. Muito bem se posicionou o governador Rui Costa quando na primeira chuva forte prestou solidariedade e apoio ao prefeito, para o enfrentamento dos problemas que estão ocorrendo em nossa capital. É necessário que façamos um juízo de valor e voltemos no tempo, Muitos passaram pela Prefeitura de Salvador. Cada um tentou colocar um pouco, e ficou devendo muito. Isso é um fato. Mas ACM Neto, com apenas dois anos de mandato, enfrenta as chuvas mais fortes dos últimos 21 anos e está na linha de frente, o que tem sido um motivo que me deixa orgulhoso do prefeito que tem esta cidade.

Muitos neste momento estariam jogando para a plateia, procurando desculpas. Muitas delas esfarrapadas, esdrúxulas, o que não acontece com o atual prefeito, que está com a sua equipe enfrentando os problemas. E está cara a cara! Não se escondeu, não se eximiu, não se escudou! Este é o prefeito que foi escolhido como um dos melhores - senão o melhor - prefeitos do Brasil.

Outro assunto é que ontem, nesta Casa, foi votado o requerimento de urgência do aumento do servidor. E repercutiu hoje na imprensa a nossa fala, deputado Luciano Ribeiro, questionando a postura dos sindicalistas outrora combativos que lotavam estas Galerias dizendo palavras de ordem e não aceitando o mínimo de atraso possível. Veja que a data-base é o mês de janeiro, mas só agora é que o governo mandou para cá o projeto.

Aí, eu volto ao ano passado, a maio, a data-base dos servidores do município de Salvador, quando o prefeito começou a abrir, logo naquele mês da negociação, as conversações. E já estavam ameaçando greve, protestando. Alguns querendo até se jogar, pular dos Viadutos D. Canô e Raul Seixas, ou então tomar chumbinho, fazer greve de fome!

Eis que o governo do Estado atrasa o mês de janeiro, a data-base. Só agora em abril é que se está votando o aumento, e as Galerias estão vazias.

Encontramos os servidores nas ruas, e eles se manifestam contrários a esse acordo. Que acordo feito foi esse?! Foi com eles encalacrados, escondidos em alguma sala da Governadoria?! Onde foi feito esse acordo?! Por que não se levou para as assembleias?! O aumento poderia até ser este, mas desde quando houvesse uma ampla discussão, um debate. E são eles que mais falam de debate, que mais desejam e propõem debate, que mais fazem as assembleias. Quem mais faz tudo isso não são eles, os sindicalistas?! Então, por que agora não realizar essa tarefa precípua que os sindicalistas defendem?!

Portanto, aqui fica a minha observação: estou estupefato, boquiaberto com os sindicalistas calados! O que é que eles engoliram? Estão com a boca tapada? Alguém tapou as suas bocas?! Põem um docinho ou alguma coisa? O que, de fato, aconteceu para este silêncio sepulcral?!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Aderbal Caldas. (Pausa.)

Solicito ao deputado Joseildo Ramos que assuma aqui a presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

Logo após, falará a deputada Fabíola Mansur. Depois, o deputado Marcell Moraes. E então a deputada Maria del Carmen e o deputado Luciano Ribeiro para encerrarem esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra por 5 minutos o deputado Reinaldo Braga.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a já leu hoje nos jornais a incorporação ou fusão do PSB e do PPS. Eu lhe anunciei na segunda-feira que talvez isso fosse ocorrer.

Deputado-presidente Joseildo Ramos, eu começo minha fala dizendo que V.Ex^a foi muito feliz no aparte que fez nesta tarde, trazendo 3 assuntos da maior importância para o debate nesta Casa. Eu até brinquei, e vou agora dizer seriamente que V. Ex^a deveria fazer um pronunciamento no Grande Expediente para tratar desses 3 assuntos de magna importância, muito relevantes, entre eles a questão dos limites dos municípios. V.Ex^a foi feliz ao estimar que de 30 a 40 municípios estejam de fato em litígio, e o resto é consenso. Nós deveríamos aproveitar essa comissão instalada há algum tempo nesta Casa, que vem fazendo um trabalho importante, a Comissão de Divisão Territorial, como é conhecida, presidida pelo deputado Zó, secundado pelo nobre deputado Luciano Ribeiro.

Quero aqui parabenizá-los pela assiduidade e pela competência, além da dedicação que vêm tendo na condução dos trabalhos dessa comissão.

Outro assunto a que V.Ex^a se referiu foi a mudança regimental sobre os projetos arquivados, para que, ao serem desarquivados, recomecem da etapa em que se encontrarem. Isso é muito importante, porque se ganha tempo e o processo legislativo é agilizado, o projeto não perde mais tempo para tramitar na Casa.

A outra questão foi a da agregação e extinção de cartórios eleitorais no Estado da Bahia. V.Ex^a acha que deveria ser uma iniciativa do próprio tribunal da Bahia, pelo que entendi, e não uma orientação do Conselho Nacional de Justiça ou do próprio Supremo. Não sei bem como V.Ex^a colocou, mas acho que são temas que precisam ser discutidos. Acho que no próximo Grande Expediente do PT, V.Ex^a deveria ocupar a tribuna para detalhar isso com mais circunstância, com mais elementos, nos 25 minutos do horário.

Queria voltar à questão da Comissão de Divisão Territorial para dizer que o esforço foi feito nessa comissão, agora conduzida pelo deputado Zó, tem sido muito grande. Agora, os frutos ainda não estão aparecendo. E nós deveríamos facilitar. Eu mesmo dediquei algum tempo do meu mandato, nessas duas últimas quartas-feiras, quando ocorre a sessão, para ver formulávamos pareceres dizendo o que havia em

cada território e qual a dificuldade. É um assunto que não é fácil, mas que estimula. Então, naqueles territórios que não tivessem o consenso ainda, que se excluíssem os municípios insatisfeitos com a condução do processo através da SEI ou do IBGE. Nós fizemos esse trabalho. Em cada território se excluía aqueles municípios que pudessem ter algum litígio. Mas, infelizmente, como V.Exª diz, sempre surge alguma coisa, algum deputado que tem problemas, que, às vezes, não conversou com o prefeito, há também o prefeito que não veio à comissão... Então, sempre está havendo alguma dificuldade.

Nós deveríamos concentrar esforços no sentido de encontrar uma solução para que, nesses 10 a 15 dias, votássemos a questão dos limites em todos os territórios, e naqueles em que houvesse problemas, sentássemos para encontrar uma solução, porque é importante essa atualização dos limites de cada município.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra a nossa nobre e ilustre deputada Fabíola Mansur por 5 minutos.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, deputados e deputadas aqui presentes, primeiro a notícia, deputado Reinaldo Braga, da fusão é apenas uma conjectura. Temos na nossa senadora uma pessoa que ainda chama à reflexão em virtude de algumas bandeiras programaticamente não tão alinhadas.

Fazendo alusão ao colega que me antecedeu, quero dizer que é momento, realmente, de aliança entre as esferas para defender Salvador. Ontem, vimos isso na postura do prefeito Neto, do governador Rui Costa e do ministro, como já disse anteriormente. A declaração de situação de emergência, certamente, dará agilidade para alguns investimentos nos bairros afetados.

Hoje, pela manhã, conversávamos com a nossa mestra em desenvolvimento urbano, Maria del Carmen, que dizia exatamente que a ocupação desordenada da cidade, a situação geográfica, a falta de investimento, a falta de planejamento e a falta de priorização é um problema crônico que nos aflige. A despeito disso tudo acontecer, não só desta gestão, mas também de outros prefeitos, na verdade, fico preocupada quando dizemos que este é o melhor prefeito do Brasil. Num momento como este, não convém ficarmos dizendo isso, deputado Luciano. O melhor prefeito ou melhor governador é aquele que, efetivamente, consegue fazer pelo seu povo algo de estruturante e com planejamento.

Temos que elogiar a postura dos dois, do prefeito e do governador, e também da bancada dos vereadores e do prefeito. Eles aprovaram, em caráter de urgência, um auxílio para as famílias desamparadas. Deputado Joseildo e deputada Ângela, o que desejaríamos, efetivamente, é que não precisássemos de auxílio tragédias; que tivéssemos uma política estruturante, de longo prazo, para atender às famílias e uma política clara de habitação; que pudssemos já ter cuidado – eu era vereadora – do Plano Diretor de Contenção de Encostas, tanto no município como também, agora, da aceleração do Plano de Contenção de Encostas do ponto de vista do governo do

Estado; que também tivéssemos, no município, presidente Joseildo, o plano de micro e macrodrenagem da cidade.

Do ponto de vista da educação, desejaríamos que houvesse a construção de creches, por exemplo, até fugindo um pouco dessa tragédia, para que não precisássemos do auxílio-creche, do projeto Primeiro Passo, porque, em vez de disponibilizarmos vagas para a Educação Infantil, construindo as 57 creches que deveríamos ter construído lá atrás, temos que dar R\$ 50 para auxílio às mães que não matricularam seus filhos nas escolas.

Lógico que ninguém dirá que R\$ 50 não ajuda uma mãe. Mas o que queremos é que essas mesmas mães não tenham que pagar R\$ 400 para conseguir vagas nas escolas, nas creches ou tenham que deixar seus filhos pequenos sendo educados nas ruas ou pelos filhos maiores. Então, quando falamos, aqui, assim como defendi quando fizemos a campanha e disse que não era hora de apontar culpados, aprovei, elogiei a postura republicana do governador Rui Costa, do prefeito ACM Neto e a celeridade dos fatos. O ministro esteve aqui, trouxe os *kits* emergenciais, novos financiamentos. Enfim precisamos, aqui, realmente cuidar de aprovar esse Plano Diretor, fazer uma política que possa evitar futuras tragédias.

Queria aproveitar para elogiar e parabenizar Irecê e a microrregião pela realização da XVII Expoagre, que foi um sucesso e o presidente milita naquelas instâncias. Parabenizo a Aprir - Associação de Pecuaristas, o Sinpri - Sindicato dos Produtores Rurais de Irecê, que inclusive trocou sua diretoria. Parabenizo João Gonçalves, atual presidente. Toda aquela região é um vetor de desenvolvimento econômico, extremamente frequentada. A Expoagri superou Porto Seguro – está aqui o deputado Robério, mas superou Porto Seguro –, e é importante trazer esse vetor de desenvolvimento para aquela região.

Quero aproveitar, com a tolerância de V.Ex^a, dizer que conseguimos na Comissão de Saúde itinerante, deputada Ângela, aprovar a visita, na última sexta-feira de maio, para o município de Irecê para debater a saúde em Irecê e microrregião, que provavelmente será na Câmara de Vereadores.

Então, faço o convite a todos os deputados da Casa que desejam participar. A Comissão itinerante de Saúde estará se reunindo na última sexta de maio para debater em Irecê a saúde que desejamos para aquela região e também a importância da adesão ao consórcio de saúde pelos municípios que integram a região.

Obrigada, presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao deputado estadual Marcell Moraes, por até 5 minutos.

Na ausência do deputado, concedo a palavra ao ilustre deputado Luciano Ribeiro, por até 5 minutos, no Pequeno expediente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários, imprensa, pessoal da galeria, da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, nesta tarde alguns temas aqui foram tratados e eu queria, ainda que rapidamente, fazer

comentários sobre alguns.

Primeiro, sobre a questão das comarcas, naquilo em que o Conselho Nacional de Justiça determinou, mas que nós decidimos na Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência de V.Ex^a, que é importante que os deputados nos apresentem naquela comissão as dificuldades existentes em quase todas as comarcas da Bahia em que houve a chamada agregação ou extinção da comarca ou a modificação mesmo da zona eleitoral para outro município.

É bom que os deputados saibam que essa comissão irá, com todos os deputados, como aqui o presidente já disse, buscar junto ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal de Justiça esclarecer, porque às vezes as decisões tomadas aqui não são aquelas que melhor atendem ao cidadão que é o destinatário final do atendimento público.

Eu queria tratar também e aproveitar aqui a oportunidade do pronunciamento do presidente desta Casa falando da questão da água, Sr. Presidente. Quero dizer que conheço porque sou, venho e estou morando no Semiárido. Há uma política, como aqui foi dito por V.Ex^a, que concordo em parte apenas, aquela de se canalizar a água para os domicílios. Mas a parte que não concordo é que há quase 10 anos não se constrói uma só barragem neste Estado, principalmente no Semiárido.

A água é finita, há uma finitude. Quando existem os açudes, existem os reservatórios de água, e estamos assistindo no interior do Estado, no Semiárido, deputada Fabíola, situações desconfortáveis. Cito aqui o exemplo da Barragem de Condeúba; poderia se fazer a Barragem de Morrinhos, a barragem no rio Gavião poderia se construir, mas o governo, parece-me que sem planejamento e de forma equivocada, apenas busca canalizar a água da Barragem de Condeúba para os demais municípios. E essa barragem, tão logo ou a curto prazo, não suportará essas extensões de águas.

Então é necessário, primeiro, que se busque uma política de preservação das nascentes dos rios, que se busque construir açudes e conflitos já começam a existir no Semiárido baiano com relação a isso. Também a mesma situação em Paramirim com a Barragem do Zabumbão.

Esse é um tema que deve ser melhor debatido nesta Casa, porque quero aproveitar o tempo que me resta para poder voltar ao tema do reajuste que aqui foi aprovado em regime de urgência. Nós queríamos e pedimos ontem a esta Casa que nos permitisse, que nos oportunizasse o debate. Não entramos no mérito do quanto o governo ofereceu como reajuste. Entramos no mérito de que esse projeto está eivado de ilegalidades, e esse debate, ainda que sucinto, dada a urgência aqui aprovada, iremos trazer a esta Casa. Eivado de ilegalidade por que meu querido Rosenberg Pinto, é isto mesmo: primeiro, porque fere o Estatuto do Servidor ao não respeitar a data-base que está prevista em lei, que é janeiro. E o governo quer dar o reajuste a partir de março. Eivado de ilegalidade e de inconstitucionalidade também, porque é um projeto que permite que nós aprovemos nesta Casa que o funcionário público, passem todos, ganhe menos do que o salário mínimo, aquilo que a Constituição não permite. Então, ele é eivado de ilegalidade.

Nós estamos apresentando uma emenda e aceitando o índice que o governo quer, que é 6,41%, que ele diz que é a correção da inflação. Mas queremos, ao menos, que esse índice respeite a legalidade, ou seja, que respeite a data-base que é 1º de janeiro, retroativo a 1º de janeiro, para assim poder respeitar o que o governo diz, já que não podemos aqui ter a oportunidade de discutir o índice de reajuste, mas que ao menos respeite a legalidade, que é o Estatuto do Servidor.

Hoje estamos vendo os hospitais parados! Já se começou pelo Hospital Roberto Santos, que hoje paralisou por contestar o reajuste que os sindicatos, que dizem representar a classe, disseram que acordaram com o governo e que se apresenta como irreal e não verdadeiro. O Hospital Geral Roberto Santos parou as suas atividades hoje em decorrência desse reajuste e o sindicato não representa a classe de fato.

Agradeço a V.Exª pela tolerância.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Ainda no acordo que fizemos de estender o Pequeno Expediente, concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a nobre e querida deputada Maria del Carmen.

A Srª MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada Fabíola Mansur, nossas taquígrafas, senhores das galerias, servidores desta Casa, esses últimos dias, a partir de domingo, têm sido dias de muita angústia na nossa capital. Infelizmente, deputada Fabíola Mansur, já vivenciei outros momentos de tanta tristeza, tanto sofrimento. Muitas vezes maiores até, não que esses não sejam de muita dor e muito sofrimento, mas momentos, inclusive, onde as tragédias foram iguais ou até superiores a essa. É por essa tristeza que vimos e percebemos quantas vezes elas são repetidas na nossa cidade. Nós, obviamente, queremos buscar culpados, tentar retirar as culpas do prefeito que no momento governa a cidade, mas analisar um pouco o que aconteceu na nossa capital ao longo da sua história e da sua trajetória.

Salvador está implantada numa falha geológica com dois platôs: cidade baixa e cidade alta. Suas encostas – já diziam os primeiros documentos, pouco depois da fundação da cidade, que já demonstravam e demonstram os diversos acidentes que nela ocorreram. Portanto, há quase 500 anos que deslizos, deslizamentos vêm ocorrendo nesta cidade, que foram se avolumando, se ampliando, em virtude da ocupação desordenada que esta cidade teve. Se imaginarmos, deputados, que passamos do século XIX para o século XX com 250 mil habitantes em Salvador... Na década de 50, Salvador tinha 500 mil habitantes. Já na década de 2000 chegamos a 2 milhões e 700 mil habitantes, quase. Hoje, mais do que isso. Em pouco mais de 20 anos, 30 anos, Salvador aumentou a sua população 5 vezes, de 500 mil habitantes para 2 milhões e 500 mil habitantes.

A cidade foi criada nas suas cumeadas e os vales foram, posteriormente, sendo ocupados com as avenidas, com o projeto de urbanização. À população que

veio chegando a partir daí, só restava ocupar o fundo dos vales e as encostas íngremes. As comunidades se formavam em Salvador, fruto das 3 grandes intervenções na economia da região: a criação da Petrobras, logo depois a criação do CIA e, posteriormente, o Polo Petroquímico, fazendo com que essa população crescesse e a cidade inchasse.

Essa ocupação desordenada levou à situação que vivenciamos hoje. A cada momento, quando olhamos para os diversos locais desta cidade, vemos os “esparadrapos” colocados nas encostas que estão sendo recuperadas, de uma forma que agride a paisagem, mas, infelizmente, são necessárias para preservar a vida e o patrimônio, ou o deslizamento de terra. Os plásticos colocados no momento em que as chuvas são mais intensas.

Nesses últimos dias, não foram as chuvas maiores dos últimos 20 anos. Foram 80 e poucos metros cúbicos. Já houve muitas chuvas mais intensas do que essas, porque a chuva aconteceu durante 6 horas.

A realidade é que a cidade não suportou, mais uma vez, a situação em que ela se encontra, que é fruto da falta de uma política habitacional e de uma política de recuperação dessas áreas, de reurbanização dessas áreas, que é fruto de não termos tido, lá atrás, um projeto de habitação adequado, que permitisse que esses espaços fossem ocupados pelo nosso povo mais humilde. Ao contrário, permitiu-se que essas ocupações, mesmo onde houve já acidentes, continuassem ocorrendo.

Todas as vezes, nos últimos tempos, que eu passava pelo Barro Branco, me lembrava da época da primeira tragédia, quando eu estava na Prefeitura. Infelizmente, já presenciei muitas vezes, deputada Fabíola e deputado Rosemberg, várias vezes, a retirada de famílias inteiras de baixo do solo, no Bom Juá, no Arraial do Retiro, na Sílvio Leal, no Mustang, o famoso Mustang, na Avenida Suburbana, no Alto do Bom Viver, no Lobato, em Santa Luzia, e aí vamos continuar falando de tantos e tantos outros bairros e locais desta cidade onde esses deslizamentos são constantes...

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Convergindo, para conclusão, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Concluindo, Sr. Presidente. É porque falar sobre Salvador me emociona. Vou passar o resto da tarde falando sobre isso. Acho que vou pedir a V.Ex^a, ao nosso presidente, que nos dê um grande expediente na próxima semana para que eu possa me pronunciar.

Mas queria, já concluindo meu pensamento, dizer que ou nós fazemos um planejamento adequado para esta cidade, ou nós nos debruçamos sobre um projeto efetivo de transformação desta cidade, ou vamos continuar vivenciando muitas tragédias.

É uma questão de decisão política. A decisão de investir em encostas ocupadas pelas famílias mais humildes ou decidir investir os recursos nas grandes avenidas como já feito por outro, a exemplo... Aqui foi falado hoje do governo de Imbassahy, que teve como principal prioridade durante o seu governo fazer da Manoel Dias a avenida mais bonita desta cidade. Mas que bom seria se as avenidas do Bom Juá, da Jaqueira do Carneiro fossem tão bonitas...

A principal prioridade é decidir como aplicar esses recursos, porque se observarmos o que consta da LDO da prefeitura para 2015 vamos ver que os recursos não são para contenção e nem reurbanização. São para recuperar a orla, para fazer um novo corredor viário, um novo transporte de massa, que vai competir com o metrô de Salvador, são para fazer o Centro Administrativo da Prefeitura, mas poucos são os recursos voltados para a contenção de encostas e a reurbanização dessas áreas.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Eduardo Salles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado presidente, prezados colegas deputados, venho aqui rebater um questionamento, uma colocação feita pelo colega, amigo, uma pessoa por quem tenho estima e consideração, deputado Herzem Gusmão.

O deputado Herzem, hoje, aqui, neste Plenário, colocou sua preocupação com o fechamento da Azaleia, com a questão dos galpões que estão desocupados, e tudo mais. Quero somente alertar, e colocar claramente para o deputado Herzem Gusmão que está acontecendo exatamente o inverso do que ele colocou aqui. Temos a reocupação dos galpões de lá, da região. E amanhã – e o convido, inclusive –, às 9 horas, estaremos na Câmara de Vereadores de Itapetinga.

Para contar uma história para vocês: são mais ou menos 11 municípios na região, e nesses 11 há 18 galpões que foram entregues pela Vulcabras/Azaleia. E o que aconteceu? Desses 18 galpões, 16 já foram reocupados. Desses 16, somente dois foram reocupados por empresas que não são calçadistas. Um, por uma empresa têxtil, e o outro, por uma fundição. Então, esses dois, dos 16, não foram reocupadas pela indústria calçadista.

E o que acontecia, deputado Herzem Gusmão? Simplesmente os sapatos viraram uma *commoditie* no mundo. Essas *commodities*, em vantagens de mão de obra e outras vantagens maiores, fizeram com que países perdessem competitividade. Consequentemente, os países em fase de desenvolvimento começaram a trabalhar não mais com *commodities*, e, sim, com calçados de alta qualidade que tivessem um segmento de mercado especializado. E é o que está acontecendo com a relocação desses galpões da Azaleia.

O governo do Estado foi buscar quem mais entendia disso no Brasil. Existe uma região no Estado de Santa Catarina que é especializada na fabricação de calçados femininos de alta qualidade, com *designers* definidos, que não entram nesse rolo todo da questão das *commodities*. Então, isso permite que essas indústrias tenham sustentabilidade.

E o Estado da Bahia, após esse momento difícil por que passou a Azaleia, está buscando para os 11 municípios, que passaram por um momento de extrema dificuldade... Sei que V.Ex^a conhece bem aquela região, porque a percorre, e conhece em detalhes os problemas oriundos dessa questão da Azaleia abandonar esses 18

galpões.

Mas venho aqui somente reforçar e dizer a V.Ex^a que está convidado para, às 9 horas de amanhã, estarmos juntos, relocando duas novas empresas, a Lia Line e a Renata Mello, que virão amanhã e assinarão, também, a reocupação de galpões com a produção de calçados femininos altamente especializados.

O primeiro ponto era esse, queria reafirmar esse posicionamento, porque são importantes os questionamentos da Oposição, ainda mais quando vem do deputado Herzem Gusmão, que tem toda a condição de colocar isso aqui. Agora, cabe também a nós que estamos no dia a dia das informações virmos aqui esclarecer para a população o outro lado da moeda, como está sendo estudada essa questão.

O deputado Luciano Ribeiro falou aqui sobre as barragens. O Estado do Ceará não possui rios definitivos, por isso tem 10 vezes mais armazenamento de água do que o Estado da Bahia. No Estado da Bahia, temos rios perenes, como o Rio São Francisco, o Rio Paraguaçu, diversos rios. É lógico que o barramento é importante, mas no caso da Bahia é fundamental a questão da distribuição de água. E isso o governo Jaques Wagner fez muito bem. Se o senhor olhar a Adutora do Algodão, que beneficiou quase 500 mil pessoas na região de Guanambi... Quando a gente fala da Adutora do Feijão, que beneficia aquela região de Xique-Xique e a macrorregião de Irecê, sem dúvida alguma, deputado Luciano Ribeiro, volto a dizer, acho que é importante pensarmos em barramento, mas o governo do Estado tem-se preocupado como isso. Como o deputado Joseildo bem falou, foi criada pelo governador Rui Costa a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. E temos nela um técnico hoje que está trabalhando todas essas posições e o governo da Bahia tem todo interesse em ampliar os barramentos do Estado. Há estudos diversos, inclusive amanhã tenho uma reunião na Casa Civil para falar de uma barragem que se chama Casa Branca, do município de Mucugê. E tem esse objetivo de ampliarmos o abastecimento de água e a irrigação em diversos municípios.

Temos que nos preocupar, principalmente, deputado Luciano Ribeiro, com a questão da distribuição de água no Estado da Bahia. Esse, sim, tem de ser um foco maior para trabalhar.

Muito obrigado, presidente, pela oportunidade. Foi para esclarecer esses posicionamentos dos dois deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, por 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Joseildo Ramos, queria saudar também a deputada Maria del Carmem, o deputado Eduardo Sales e o deputado José de Arimateia, quero dizer que o deputado Herzem Gusmão hoje cometeu uma série de impropriedades, diria até por ele estar chegando agora aqui e ter uma necessidade muito grande de falar e criar fatos para o seu programa em Vitória da Conquista. Ele acaba cometendo alguns equívocos, que é natural de quem chega aqui no Parlamento.

Ele disse hoje, junto com o deputado Marcell Moraes, que havia um zoológico na cidade de Itapetinga. Isso é uma total ignorância. O que existe em Itapetinga é uma réstia de Mata Atlântica, preservada pela comunidade de Itapetinga, que tinha um convênio com os governos federal e estadual e com a Prefeitura municipal de Itapetinga. E o convênio já se encerrou há algum tempo. Itapetinga vem dialogando, tentando rever esse convênio para garantir a manutenção e a preservação desse espaço. Nesse espaço existem alguns animais já fixados na região, mas não no conceito de zoológico, e, sim, no conceito de preservação da flora e da fauna, que é algo extremamente especial na região.

E, aí, o deputado Marcell Moraes diz que vai lá no domingo para fazer essa visita e pedir o fechamento desse tal zoológico por maltratos aos animais. Uma demonstração de total desconhecimento daquela localidade.

O que há é um resto de Mata Atlântica, a chamada Matinha. Ainda na semana passada, o prefeito de Itapetinga, em exercício, Alécio, esteve com o secretário do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, com a chefe de gabinete daquela secretaria, que é nascida na cidade de Itapetinga, que conhece o problema e nós estamos tratando dessa questão.

Provavelmente para buscar um espaço midiático, esse tema veio à tona hoje na Comissão de Meio Ambiente. Isso é uma demonstração de desconhecimento do que está acontecendo na cidade de Itapetinga.

Hoje, me deparo com a colocação do deputado Eduardo Salles sobre a questão da indústria de calçados. Meu Deus! Quanto desconhecimento! Não existe mais nenhum galpão que não esteja ou em funcionamento ou contratualizado. Para os quatro galpões restantes, amanhã será feita a contratualização na cidade de Itapetinga, na Câmara de Vereadores, chamada pelo governo do Estado através da secretaria da indústria e comércio. Estarão presentes eu e o deputado Alex da Piatã para a assinatura da finalização das contratualizações.

A Lia Line está em Itororó, em Firmino Alves e em Ibicuí. A Bárbara Krás está em Itambé, Macarani. Uma empresa de Santa Catarina está chegando para ocupar os galpões de Igauí, os galpões de Maiquinique, os galpões de Itarantim e os de Potiraguá. Quatro galpões estão faltando. Todos os outros já estão ocupados.

É lógico que eu gostaria que restabelecessem a quantidade de empregos que havia no passado. O governo do estado, através do governador Jaques Wagner, e hoje, através do governador Rui Costa está, literalmente, defendendo o posicionamento de restabelecer as relações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Marcell Moraes:- Eu estava inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex^a estava inscrito, mas pelo Regimento, V.Ex^a foi chamado. Chamei duas vezes.

O Sr. Marcell Moraes:- Mas, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Não há como, fica para a próxima, teve uma questão de ordem, é regimental.

Atendendo a questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, declaro encerrada por falta de quórum, a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*